



# Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT – 11:** Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Rícha - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 19.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Martins.

Às quinze hora e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchini, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, Marquinhos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Melo, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Peny Porsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Emerson Nerone e Doutor Rosinha (02). Achando-se em licença o Sr. Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 116

SÚMULA: Requer destaque para Proposição de Veto sob n.<sup>o</sup> 035/95.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na qualidade de líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER, ouvido o soberano Plenário, com fulcro nos artigos 132 § 2.<sup>o</sup>, inciso X,

e 171 § 6.<sup>o</sup>, do Regimento Interno deste Poder, destaque de votação ao veto apostado ao Projeto de Lei sob n.<sup>o</sup> 008/95, Proposição n.<sup>o</sup> 035/95, em vista de sua importância para a sociedade.

Sala das Sessões, em 22.05.96

(a) IRINEU COLOMBO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, nem para o horário das Lideranças,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando destaque de votação ao veto apostado ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 008/95, Proposição n.<sup>o</sup> 035/95. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.<sup>o</sup> 035/95. Veto apostado ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 008/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/CIL/SEEG N.<sup>o</sup> 194/95.

Curitiba, 09 de novembro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.<sup>o</sup> 156/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1.<sup>o</sup>, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 008/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir Centros de Convivência de Mulheres, destinados a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos em decorrência de agressões ou ameaças.

Ainda que louvável a preocupação do legislador, o Projeto de Lei em epígrafe não mereceu acolhimento, pelo fato de tratar de um serviço de típica competência municipal, como, aliás, ocorre em Curitiba, pois a municipalidade mantém um centro

de atendimento denominado "Casa de Maria", destinado a acolher temporariamente mulheres e seus filhos, quando, sofrendo violência familiar, ficam desabrigados.

Por outro lado, há que ser ressaltada, nesta oportunidade, a descentralização político-administrativa preconizada pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), cujos objetivos fundamentais são no sentido de que os Estados promovam a municipalização desses serviços, restando-lhes o dever de apoio técnico e financeiro aos municípios, bem inversamente, portanto, à medida que o projeto de lei em causa pretende seja adotada.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 08/95 foi publ. no DA. 06 de 20.02.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 035/95

VETO: ao Projeto de Lei nº 008/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências.

O Executivo Vetou o Projeto de Lei nº 008/95 pelo fato de tratar de um serviço de típica competência municipal.

Sendo assim o nosso parecer é favorável à presente Proposição-Veto.

Sala das Comissões, em 05.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi votação em separado, por dois motivos básicos. É que nós entendemos que quando se trata de veto, nós sempre deveremos votar em separado, porque matéria vetada tem interesses diferentes, gera aqui dentro, são vetos apostos a Deputados governistas, e não governistas. Enfim, situação peculiar que está implícito em cada análise de veto, que nós devemos até por uma questão de coerência a cada votação eliminar a votação em bloco, mesmo porque, a considero anti-regimental.

Muito bem, mas há um certo consenso político, uma prática já consolidada que em determinados assuntos sem muita relevância que se vote em bloco, a isso nós

estamos de acordo. Mesmo porque, o que prevalece aqui dentro sempre é o bom senso acima de qualquer item regimental.

Mas, nesse caso específico, apenas entendendo e quero encaminhar dessa forma os dois Projetos de uma vez só, Sr. Presidente, se me permitir.

Que trata, primeiro item, da criação do centro de convivência de mulheres, proposta do Deputado Florisvaldo Fier, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e que nós queremos conclamar a esta Casa, que vote contra o veto, porque entendemos que é um Projeto, é um instrumento acima de tudo político para nós darmos uma atenção às mulheres do Paraná. Esse centro de convivência nada mais é, que uma casa, um lugar adequado para receber as mulheres vítimas de violência, aquelas mulheres por uma questão até cultural implícita, já inclusa na nossa sociedade, são vítimas da violência do nosso machismo.

Enfim, nós queremos instrumentos sociais ao alcance dessas mulheres.

O outro Projeto, do eminente Deputado José Tavares, nós também queremos fazer aqui um embate político, na medida em que consideramos relevantes e de uma importância muito grande esse Projeto, porque é sabido que na administração pública, aqueles funcionários que corram risco de vida, que têm problemas de saúde em virtude da função que lhe é cabida. Para efeito de aposentadoria tem que ter um prazo mínimo e que esses riscos, essas gratificações por conta do risco de saúde, e por um risco de vida tem que ter um prazo mínimo incorporado. E esse Projeto vem atender exatamente esse pessoal que corre risco de vida, risco de saúde, e as gratificações Srs. Deputados, Sra. Deputada, não são incorporadas quando eles se aposentam.

Quando se trata de serviço público, de nada adianta nós colocarmos o Projeto de Lei para o cidadão exercer a função de proteção à sociedade, no caso paranaense, se depois, quando ele for aposentar, ele ainda terá de exercer outras atividades para complementar o salário e passou o tempo todo como risco de vida. E ainda se ele perder a vida, nem a aposentadoria não adianta ele ter esse merecimento. É uma situação, que infelizmente, legalmente, nós não podemos prever, mas pelo menos essa grande expectativa, que essa sociedade espera.

Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores, por essa voz, faz conclamar aos Senhores Deputados que votem contra ao item um e item dois, aos Vetos apostos, pelo Senhor Governador, na medida em que as duas proposições têm relevância e importância para a sociedade paranaense.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós ouvimos atentamente a explanação feita pelo Deputado do PT e, entendemos que os dois projetos são inconstitucionais.

Com relação ao projeto do Deputado Rosinha, embora louvável, evidentemente a preocupação do Deputado, no que diz respeito ao atendimento às mulheres, vítimas da violência. Ele pretende instituir uma ação típica à competência municipal, até porque a mulher do interior que sofre violência, nem sempre poderá deslocar-se à Capital para ter esse tratamento.

Nós temos, aqui, em Curitiba, a Casa da Maria, que foi instituída pelo Prefeito Rafael Greca de Macedo, pela Secretaria da Ação Social, também do Município, Margarita Sansone. Além do que, nós aprovamos, aqui, a questão de meses atrás, o projeto que detinha as ações sociais do Estado do Paraná e que foi promulgado na semana passada, pelo Governador Jaime Lerner.

Então, dentro desse projeto que nós aprovamos, já está contemplada toda uma ação efetiva à mulher. Portanto, não há razão para que nós venhamos a derrubar um Veto, quando ele é totalmente inconstitucional.

Com relação ao Veto do Deputado José Tavares, com o Deputado Ricardo Chab e com o próprio Secretário de Justiça. O projeto também não pode ser iniciativa do Poder Legislativo. Por esta razão, ele deverá ser mantido este Veto com o entendimento com o Secretário de que mandará nos próximos dias uma mensagem à Assembléia, reconhecendo a necessidade de atendimento para esses funcionários, que exercem e, nós reconhecemos isso, e, nós também compramos essa briga, exercem uma atividade do mais alto risco. São funcionários que trabalham dentro do sistema penitenciário do Estado, a qualquer momento podendo ser vítima de um seqüestro, de uma ação de violência por parte dos presidiários e não têm nenhuma garantia.

Por esta razão, nós entendemos perfeitamente que o projeto muito embora de um alcance social, dos mais elevados, não pode ser de competência do legislativo, mas nos propomos, evidentemente, o mais breve possível, trazer a esta Casa a mensagem da ação governamental. Por esta razão, eu peço aos parlamentares para que votemos, mantendo os dois Vetos colocados nesta tarde, nesta Sessão, desta Casa.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Conheço bem o projeto do Deputado José Tavares, até porque acompanhei vários aposentados do Sistema Penitenciário até a Secretaria da Justiça, numa reunião com o Secretário Edson Vidal. E o Secretário me garantiu, que é a intenção dele também.

Em conversa com o Deputado Algaci Túlio, líder do Governo, nesta Casa, ele me garantiu que o Governo do Estado deve mandar uma mensagem para esta Casa.

Só gostaria de deixar isso registrado na Sessão e hoje.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado nos Anais da Casa e na Sessão da Ata dos trabalhos de hoje.

Solicito ao 1º Secretário, o ilustre Deputado Luiz Carlos Martins a fazer Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede a Chamada Nominal).

- Termina a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - 46 Senhores Deputados.

Convoco os Deputados Joel Coimbra, Reny Borsato, João Tecchi Filho, Ricardo Chab; ilustre Deputado Élio Rusch e Irineu Colombo para fazerem a escrutinação dos votos.

Alerto aos Senhores Deputados que teremos mais um Veto a ser apreciado, Veto esse do ilustre Deputado José Tavares.

- Quarenta e seis Senhores Deputados votaram. Pela manutenção do veto - 23 votos. Pela rejeição do veto - 17 votos. Votos em branco - 06. Está REJEITADO o Projeto e MANTIDO o veto.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/95, Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 144/95, de autoria do Deputado José Tavares, que altera o Parágrafo Único, do Art. 5º, da Lei Complementar nº 10, de 21 de dezembro de 1.980. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG Nº 224/95

Curitiba, 30 de novembro de 1995.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 220/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 144/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 10, de 29 de dezembro de 1980, a fim de permitir a incorporação, em proventos de inatividade, das vantagens previstas no

art. 172, inciso V e X, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua flagrante e indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos no art. 66, inciso, combinados com o art. 87, inciso IV, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Governador do Estado, a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva". É oportuno lembrar que a pretendida medida é também ofensiva ao art. 61, § 1º, inciso II, letra c, da Magna Carta da Nação, cujo preceito de processo legislativo é reproduzido pelas Constituições dos Estados Federados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER - Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 144/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 5º., parágrafo único, da Lei Complementar nº 10, de 29 de dezembro de 1980, passa a ter a seguinte redação:

"As demais categorias de funcionários civis que, na data da aposentadoria, estejam percebendo por período superior a 1 (um) ano, a vantagem prevista no artigo 172, inciso V e X, da Lei nº 6.174/70, terão esse benefício incorporado a seus proventos de inatividade."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro, em 08.11.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Solicito o apoio dos Nobres Colegas no sentido da aprovação desta Proposição, que objetiva fazer justiça para com aqueles cidadãos que, diariamente, expõem suas vidas para salvar as nossas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 144/95

Veto Governamental

Proposição nº 040/95

Autoria: Dep. José Tavares

P A R E C E R:

O Projeto e Lei Complementar em tela, altera o Parágrafo Único, do Artigo 5º, da

lei Complementar nº 10, de 29/12/80.

Versa sobre a incorporação da vantagem prevista no Art. 172, inciso V e X, da Lei nº 6.174/70, aos proventos de inatividade das demais categorias de funcionários civis.

Analisando o Veto Governamental na epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o Relatório.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTT COLAÇO - Relator

Autoria do Deputado José Tavares que tem o relatório da CCJ, considerando o veto de ser votado, e ser apresentado neste Plenário.

O SR. EDGAR BUENO (Questão de Ordem) -

Quero registrar a presença nesta Casa de Leis, do advogado e assessor jurídico da Câmara Municipal de Cascavel Dr. Élio Resende, também do Paulo Moraes, Diretor Presidente da CCJT, também registrar a presença do candidato a vereador por Cascavel, Reinaldo Bernardim e também do Secretário da Câmara Municipal de Cascavel, o suplente de Deputado Estadual pelo PMDB, nosso amigo Vereador Mizaél Pereira. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Per-

feitamente registrado e associado pela Mesa Diretora dos trabalhos a Mesa Executiva da Casa.

O Sr. 1º Secretário fará a Chamada Nominal:

Votaram 47 Srs. Deputados, convido o ilustre Deputado Irineu Colombo, Deputado Algaci Túlio, Deputado Nereu Moura, Deputado Duílio Genari, que nos honra com o escrutínio dos Srs. Deputados.

Anuncio e conclamo aos Srs. Deputados componentes da Comissão de Constituição Legislação e Justiça, a Sessão logo após a Sessão Extraordinária, com matérias realmente de interesse do ilustre Líder do PMDB, Deputado Toti Colaço, que lá estará presente, junto com os seus companheiros. E os demais a presença também solicitada pelo ilustre Presidente daquela Comissão, que faz com que todos os Partidos, realmente, não só dos titulares, mas dos suplentes, ali compareçam.

Votaram 47 Srs. Deputados, pela manutenção do veto.

Votaram 23 Srs. Parlamentares, pela rejeição.

Quinze, em branco.

Nulos, nove.

Consequentemente, mantido o veto e rejeitado o Projeto.

Encerrando a Ordem do Dia, convoco os Srs. Deputados para a Comissão da CCJ, logo após esta reunião.

Cumprimentamos o ilustre Deputado José Tavares, pelo seu aniversário na data de

hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, Extraordinária.

Levanta-se a sessão.